

# “Lugar” de mulher: identidade, ensino e política pública

“Place” of women: identity, education and public policy

*Mírian Cristina de Moura Garrido*<sup>1</sup>

## RESUMO

O “lugar” é um termo polissêmico, dentre essa multiplicidade pode representar espaços de privilégios ou de atribuições perjurativas. O presente artigo tem por objetivo refletir sobre o feminismo negro nos escritos de militantes negras e na sociedade brasileira. Desta forma, reflete o “lugar” da mulher negra academicamente e socialmente, e visa estimular o diálogo sobre a construção de identidades. Metodologicamente recorre aos textos produzidos por feministas negras brasileiras e estadunidenses, dialogando com dados estatísticos divulgados pelo IBGE. Ao final do percurso, argumenta-se que o enfrentamento dessas desigualdades passa pela valorização de pedagogias antirracistas, pela construção de identidades negras positivas e pelo fortalecimento das políticas públicas com enfoque interseccional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo Negro. Identidade. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

“Place” is a polysemic term, and within this multiplicity it can represent spaces of privilege or derogatory attributions. This article aims to reflect on black feminism in the writings of black activists and in Brazilian society. In this way, it reflects the “place” of black women academically and socially, and aims to stimulate dialogue on the construction of identities. Methodologically, it uses texts produced by black feminists from Brazil and the United States, dialoguing with statistical data released by the IBGE. At the end of the course, it is argued that confronting these inequalities involves the valorization of anti-racist pedagogies, the construction of positive black identities and the strengthening of public policies with an intersectional focus.

**KEYWORDS:** Black Feminist. Identity. Public Policies.

\* \* \*

## Introdução

---

<sup>1</sup> Pós-doutora (UNIFESP), Doutora (UNESP), Mestra (UNESP) e Licenciada em História (UNITAU), a pesquisadora possui pesquisas na área do ensino de História afro-brasileira; do movimento negro contemporâneo brasileiro e estadunidense; e a respeito da emancipação de Moçambique. Professora da Graduação e do Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. E-mail: [mirian.cmgarrido@unitau.br](mailto:mirian.cmgarrido@unitau.br)

A palavra “lugar” carrega consigo uma variedade de significados. Nas humanidades o lugar pode representar um espaço físico e suas características próprias, ou como um espaço é vivido e percebido pelo indivíduo. Em outros casos, carrega a conotação de espaços reservados nas memórias e nas dinâmicas sociais. Nestes caso, o “lugar” pode representar, ainda, uma posição de privilégio ou atribuições perjurativas, que estigmatizam sujeitos e criam obstáculos cotidianos.

A fim de refletir sobre esse “lugar” ou “lugares”, o presente texto apresenta considerações de escritoras negras brasileiras e estadunidenses a respeito do feminismo negro e da interseccionalidade. Complementarmente, indica paralelos entre essas discussões e os indicadores sociais sobre mulheres brasileiras, produzidos e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2022.

## **1 Interseccionalidade: o debate sobre mulheres e eixos de subordinação.**

No livro “Lugar de Negro” a polissemia do termo foi também observada por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982). Os autores traçam um panorama dos problemas sociais-raciais vividos no Brasil naquele momento, bem como, a articulação dos movimentos negros como fundamental para denúncia e reorganização da população no país. Especialmente na parte escrita por Gonzalez, o esforço é demonstrar como os anos finais da Ditadura Civil Militar assistiram uma pungente organização de militâncias negras, pautadas no combate à sistemática violência do Estado e da sociedade brasileira. Segundo os autores:

Esse perfil de desigualdades raciais não é um problema simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.98-99)

Em outro texto, Lélia Gonzalez (1984, p. 224) aponta que o “o lugar que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, e que racismo e sexismo produzem efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Gonzalez aponta três noções que tendem a enquadrar a experiência e perspectiva sobre as mulheres negras: a mulata, a doméstica e a mãe preta. Feita para atender aos desejos ou as necessidades de gente branca desde o período colonial, objetificar o corpo feminino nas festividades carnavalescas e “confundir” mulheres negras como criadas, continua a ser naturalizado no mundo contemporâneo. E, se não fosse o suficiente o peso dos estereótipos que reinam sob a mulher negra é:

justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZALEZ, 1984, p.231)

Lélia Gonzalez, antecipa assim questões importantes exploradas posteriormente sob a titulação da interseccionalidade. O termo emerge pela primeira vez nos escritos de Kimberlé Crenshaw em 1989, mas ganha visibilidade após a atuação da jurista e teórica feminista nas discussões preparatórias para “Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas” e na própria Conferência, ocorrida em 2001, Durban, África do Sul.

A interseccionalidade, proposta por Crenshaw (2002), parte da defesa que existe uma associação de eixos de subordinação que atuam sobre a existência de grupos (e aqui a reflexão pesa sobre as mulheres racializadas) agindo de forma a criar obstáculos, impor violências e, por vezes, naturalizar situações de marginalização desses grupos.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as

consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Esses eixos de subordinação, portanto, são variados, mas são comumente presentes na experiência de mulheres racializadas, em especial aquelas que estão em classes sociais inferiores, cuja situação de vulnerabilidade as deixa mais sujeitas à outros eixos de subordinação.

Para Carla Akotirene (2019) é importante demarcar, também, que esses eixos de subordinação não são mera soma de opressões, e que não estão estruturados por uma hierarquia na qual um eixo teria mais peso sobre outros. Para a intelectual, trata-se de sobreposição de eixos, cuja analogia de Crenshaw (2016) das rodovias que se cruzam, criando uma intersecção, talvez seja uma ilustração simples, mas extremamente eficaz.

Somado a esses elementos, a ausência do Estado ou a ingerência de políticas para populações mais pobres, por exemplo, atingem mais expressivamente essas mulheres, como esclarece Crenshaw “quando o Estado corta recursos relativos aos cuidados com os jovens, doentes e idosos, as necessidade não supridas recaem, em grande parte, sobre os ombros das mulheres, a quem tradicionalmente se atribuíram essas responsabilidade” (2002, p.180).

No Brasil, por exemplo, dados de 2023 apontam que entre jovens de 14 a 29 anos o fator prioritário para o abandono escolar ou não matrícula foi a necessidade de trabalhar (41,7%); sendo o desinteresse pelos estudos entre homens o segundo fator mais indicado (25,5%) e o terceiro fator entre as mulheres (20,7%); entre as mulheres, o segundo fator indicado para não estudar foi a gravidez (23,1%), reforçando o que historicamente marca o afastamento de mulheres dos estudos e do mercado de trabalho, no caso: o trabalho doméstico e de cuidado (BIMBATI; DURÃES, 2024).

Afirmamos historicamente, por que a diferença de acesso aos estudos e às profissões se dão no bojo da formação colonial brasileira, e é reiterada repetidas vezes dentro de um Estado que se construiu racista. O fenômeno já era denunciado por Lélia Gonzalez (1987) nas discussões para elaboração da Constituição Federal de 1988, na qual participou como representante do movimento negro.

O censo de 1980 está aí demonstrando que na nossa sociedade a hierarquia permanece. No que diz respeito ao acesso aos melhores salários nas diferentes profissões, vamos encontrar a relação hierárquica ao acesso aos melhores salários nas diferentes profissões, vamos encontrar a relação hierárquica e no primeiro plano está o homem branco, abaixo a mulher branca, em seguida o homem negro e, finalmente a mulher negra. É importante ressaltar que o racismo que existe na nossa sociedade tem que ser encarado olho no olho. Chega de ficarmos disfarçando que somos democratas, raciais, que batemos no ombro do pretinho, mas não admitimos que case com nossas filhas, porque é demais! (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE – SUPLEMENTO AO N.62, 1987, P.121)

Nesse sentido, o conceito de racismo estrutural explicitado por Sueli Carneiro (2023) auxilia na compreensão dos mecanismos que perpetuam a desigualdade racial nas instituições e nas práticas sociais do Brasil. Para a autora:

O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça. [...] A profecia autorrealizadora — que confirma as expectativas negativas em relação aos negros — é imprescindível para a justificação da desigualdade. Nesse sentido, a pobreza a que estão condenados os negros no Brasil é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados —negros ou afrodescendentes e povos indígenas. (CARNEIRO, 2023, p.20)

Neste sentido, o insucesso da população negra é visto como fruto de seu próprio desempenho, ou não-empenho; enquanto, a configuração racista do Estado, os eixos de subordinação existentes e que podem ser agravados pela políticas desse mesmo Estado, ainda carecem de crítica, tornando-se assim visíveis para compreensão das dinâmicas de exclusão.

## 2 Escolarização e mulheres negras

Nas últimas duas décadas no Brasil, o processo de escolarização da população negra passa pela discussão da construção de identidades. Isso porquê o ensino têm, potencialmente, a possibilidade de transformar percepções negativas em motriz para um conhecimento mais amplo, inclusivo e positivo a respeito do pertencimento racial. É nesse bojo que a criação da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Étnico-Raciais (2024) que a sucede, operam, compreendendo a educação como campo de construção de uma identidade negra positiva.

Essa preocupação das políticas públicas, resultado do esforço das militâncias negras brasileiras, parte das experiências escolares dessa população que, até então, indicam que o ensino tem sido um campo de frustração e repressão do pertencimento racial.

A ativista feminista negra estadunidense, nascida Gloria Jean Watkins, atuante como escritora de nome bell hooks (2013) explora sua experiência de escolar no contexto da segregação racial dos Estados Unidos. Segundo bell hooks a escola segregada – composta somente de estudantes e professores negros – era para ela um lugar de “pura alegria”, no qual os professores conheciam a vida familiar dos estudantes, não subestimavam a inteligência das crianças e acreditavam na capacidade intelectual delas.

“Para os negros, o lecionar - o educar - era fundamentalmente político, pois tinha raízes na luta antirracista. Com efeito, foi nas escolas de ensino fundamental, frequentada somente por negros, que eu tive a experiência do aprendizado como revolução” (hooks, 2013, p.10). E, na sequência, ao contrário do que poderia se pressupor, que a integração teria automaticamente resultado na possibilidade de acesso à uma educação de melhor qualidade; a autora informa que na sua experiência a integração foi como entrar em um terreno hostil:

De repente, o conhecimento passou a se resumir à pura informação. Já não tinha ligação com a luta antirracista. Levados de ônibus a escola de brancos,

logo aprendemos que o que se esperava de nós era a obediência, e não o desejo ardente de aprender [...] De repente, passamos a ter aula com professores brancos cujas lições reforçavam os estereótipos racistas [...] a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade. Quando percebi isso, perdi o gosto pela escola. (hooks, 2013, p.12)

No Brasil, a ativista feminista Lélia Gonzalez também apresenta reflexões sobre sua experiência escolar. Filha de uma família numerosa, já nascida em um contexto que sua mão de obra não era necessária para o auxílio no sustento familiar, podendo, inclusive, contar com o apoio dos parentes para manutenção escolar, e com uma relativa ascensão financeira, advinda do sucesso no futebol profissional de seu irmão Jaime de Almeida, Lélia Gonzalez recebeu uma formação escolar privilegiada, quando comparada ao padrão da população negra de sua época (RATTS, RIOS, 2010).

Contudo, a formação no prestigiado Colégio D.Pedro II legou à intelectual não apenas o domínio dos conteúdos escolares, mas o acesso à uma forma de ver o mundo centrado na experiência branca e na estigmatização do saber negro como inferior.

Fiz escola primária e passei por aquele processo que chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, na medida que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra. E, claro, passei pelo ginásio, científico, esses baratos todos [...] Na faculdade eu já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. (GONZALEZ, 1979, p.202-3 *Apud* RATTS; RIOS, 2010, p. 31-41)

Como alertava Regina Pahim Pinto (1987) nos anos oitenta, para a população negra a educação brasileira operava negativamente na apreensão de si mesmo e de sua cultura:

a educação está calcada nos valores do colonizador. A língua, os heróis, a história e mesmo a religião que lhes ensinam [aos alunos negros], não têm nada a ver com seu universo [...] a consequência mais grave desse processo de inculcação de novos valores [...] é a introjeção da sua inferioridade, da sua imagem negativa [...] (PINTO, 1987, p.28)

É, portanto, nesse cenário que as militâncias negras contemporâneas compreenderam o saber como demanda prioritária. Nilma Gomes (2017, p.18-19), à exemplo desse destaque informa

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, na suas mais diversas formas de expressão e de organização - com todas as tensões, os desafios e os limites - , muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas.

Para Gomes, discutir o campo da educação como lugar de reflexão é reconhecer que ele é um direito social, conquistado arduamente pelos grupos não hegemônicos, caso das populações negras brasileiras. Em seu livro, a autora pontua que não se trata de simples inclusão dos indivíduos nos espaços escolares, mas da produção de novas pedagogias e saberes que ultrapassem o conhecimento eurocentrado, e que valorize os conhecimentos afrocentrados. Ademais, pontua que ao eleger o campo da educação como destaque de atuação, o Movimento Negro considera esse “espaço-tempo” como um caminho para intervenção e emancipação social, ainda que “em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista” (GOMES, 2017, p.25)

Elisa Amaral (2020, p.91) elabora reflexões sobre sua condição de mulher, negra, professora-pedagoga, e afirma que suas experiências formativas não foram suficientes para construir uma prática antirracista na educação infantil, tendo sido pilar para a mudança nesse cenário o contato com pensadoras do feminismo negro, destacando nominalmente bell hooks. Neste texto, interessa especialmente os apontamentos que Amaral faz sobre cenário do ensino infantil:

[...] É possível encontrar no chão das escolas de educação infantil práticas que reforçam estereótipos racistas e sexistas, apoiados em discursos conservadores de todos os tipos; os brinquedos selecionados, a organização dos espaços, a literatura trabalhada, entre outros instrumentos, podem tornar a sala de aula em lugar de reprodução de desigualdades e opressões. (AMARAL, 2020, p.98)

Os professores que buscam fazer diferente, segunda a autora, não raro enfrentam manifestações contrárias de responsáveis e gestores, e quando muito, são limitados à dinâmicas isoladas ou pontuais, delimitada pela efeméride do dia da Consciência Negra.



É de se questionar, portanto, que: se mesmo professoras “letradas racialmente” se sentem isoladas, como devem se sentir as milhares de jovens negras no ambiente escolar, cujos eixos de subordinação operam para seu não-empenho?

### **3 Paralelos entre discussões acadêmicas e dados estatísticos**

A fim de refletir sobre os impactos desses eixos de subordinação sobre as mulheres negras brasileiras, o artigo parte agora para indicações de dados estatísticos. Trata-se de um exercício de diálogo entre o que aprensetam as discussões acadêmicas, expressadas anteriormente, e dados coletados e apresentados pelo IBGE e que incidem sobre a vida de milhares de mulheres.

De acordo com o IBGE, em 2022, o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados com pessoas ou com os afazeres domésticos, por pessoas maiores de 14 anos, é cerca de 17 horas para todo o Brasil, sendo que deste total, homens (brancos, pretos e pardos) ocupam-se em média 11,7 horas; enquanto as mulheres brancas se ocupam dos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos 20,4 horas, e as mulheres pretas e pardas 22 horas. Portanto, as mulheres (brancas, pardas ou pretas) se dedicam 10 horas (aprox.) a mais ao cuidado com o outro.

Combinado com a informação da taxa de participação na força de trabalho, o dado indica que os homens – independente da cor – estão mais representados na esfera do trabalho. Em média os maiores de 15 anos representam 73,2% participantes; enquanto as mulheres representam apenas 53,3% da participação no trabalho; sendo a diferença da ocupação de mulheres brancas de 2,5% a mais que as mulheres negras.

Por sua vez, a taxa de desocupação de pessoas com 14 anos ou mais, reforça que os homens são menos atingido que as mulheres. Entre os homens brancos apenas 6,3% encontram-se desocupados, os homens pretos e pardos 9,0%; enquanto as mulheres brancas 9,2% e as mulheres pretas e pardas 14%.

Somados, os dados apontam para a exclusão das mulheres negras (pretas e pardas) do trabalho formal, e uma imposição maior do serviço de

cuidados (pessoas ou lares) sobre as mesmas. Vale apontar que o maior volume de dedicação feminina ao cuidado tende a manter as mulheres fora dos empregos formais, e que a ausência de políticas públicas do cuidado (como programa de creches, escolas de tempo integral, programas de saúde em diferentes idades) perpetuam a exclusão feminina, negra em especial, da competição por melhores posições de trabalho, reforçando um ciclo da pobreza.

A exclusão das mulheres negras do trabalho formal dialoga, ainda, em outro marcador, a proporção de população vivendo abaixo da linha da pobreza, como definido pelo Banco Mundial. Daqueles que vivem com menos de US\$ 2,15, 8,0% são mulheres negras; 7,4% são homens negros; contra 3,6% e 3,4% de mulheres brancas e homens brancos, respectivamente. Aqui, evidencia-se que mesmo a taxa de ocupação dos homens negros sendo maior que dois grupos de mulheres aqui abordados, eles são mais atingidos pela pobreza que as mulheres brancas.

Quando considerada a taxa de conclusão do ensino fundamental, a tendência prioritária dos homens brancos não é verificada, aqui as mulheres brancas superam todos os demais grupos (95,7% concluíram o ensino fundamental), entre os homens brancos 91,3% concluíram esta etapa de ensino. Após os homens brancos, as mulheres negras possuem terceiro lugar de concluintes (89,8%), e os homens negros a última posição (85,5%). A mesma distribuição é verificada entre os concluintes do Ensino Superior: mulheres brancas 37,6%; homens brancos 28,0%; mulheres negras 18,7%; e homens negros 11%. Aqui, chama atenção também o baixíssimo número de concluintes do Ensino Superior, indicando a permanência do gargalo no acesso e permanência de pessoas racializadas (homens e mulheres) nesse nível de ensino, consequentemente, o acesso dificultado para atividades profissionais melhor remuneradas.

É curioso, que apesar das mulheres brancas terem melhores índices de escolaridade, a proporção de mulheres docentes no ensino superior (para qual o IBGE não apresentou o dado de raça, apenas de gênero), as mulheres representem no Brasil 178.427, contra 198.679 cargos ocupados por homens.

Indicando possível preferência das bancas de concurso ou entrevistas de contrato uma preferência pelos docentes universitários do gênero masculino.

Já a representatividade feminina em cargos de liderança ou comando é uma questão interessante para se observar como a sociedade patriarcal opera para a preservação dos papéis sociais atribuídos as mulheres. Em cargos de gerência, por exemplo, as mulheres brancas representam 39,8% das vagas ocupadas e as negras 38,7%; cabendo aos homens a presença de 60,7% nos cargos de gerência.

Tão grave quanto as diferenças numéricas entre homens e mulheres em cargos de docência no ensino superior ou de gerência, é a participação das mulheres no universo da política partidária. Em 2023, de acordo com o IBGE dos 36 ministérios existentes na República do Brasil, apenas 9 eram ocupados por mulheres; em 2020, dos 17 ministérios, apenas 2 eram ocupados por mulheres; em 2017, dos 22 ministérios, apenas 1 ocupado por mulher.

Pos sua vez, a proporção de mulheres parlamentares nas câmaras de vereadores em 2020 era: 3.177 mulheres pardas, 496 mulheres pretas, dentro do universo de 58.084 cadeiras em disputas. Na Câmara dos Deputados, das 513 vagas em disputa, apenas 91 são ocupadas por mulheres, sendo distribuídas em: 58 mulheres brancas, 16 mulheres pardas, 13 mulheres pretas e 4 indígenas.

Essa sub-representação feminina é expressão de diversas barreiras enfrentadas pelas mulheres nas disputas partidárias, como o financiamento de campanhas, acesso a redes de apoio, e o preconceito institucional que tende a categorizá-las como menos relevantes no universo da política; a despeito de tentativas de estabelecer cotas para participação eleitoral feminina. Essa baixa presença da mulher resulta, muitas vezes, em menor discussão de pautas que atingem as mulheres e quando essas pautas aparecem, tendem a ser definidas por perspectivas masculinas.

#### **4 Considerações finais**

O percurso deste artigo buscou articular o pensamento feminista negro com os dados estatísticos atuais sobre as mulheres brasileiras, especialmente as mulheres negras. Ao revisitar os escritos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw, bell hooks, entre outras autoras, foi possível demonstrar como os eixos de subordinação, em especial, raça, classe, gênero, atuam de maneira entrelaçada, produzindo desvantagens estruturais historicamente consolidadas.

Os dados do IBGE revelam que, mesmo com os avanços em termos de escolarização, a população negra feminina continua sendo a mais penalizada nas dinâmicas do mercado de trabalho, no exercício dos cuidados domésticos e na representação política. A análise interseccional permite compreender que essas desigualdades não são aleatórias ou acidentais, mas expressão de um projeto de sociedade que historicamente marginaliza corpos negros femininos.

Constatamos que a luta por educação antirracista e emancipadora, como defendida por bell hooks e Nilma Lino Gomes, permanece central para o enfrentamento das opressões. A atuação política das mulheres negras, ainda que sub-representada, é campo fértil de resistência e transformação.

Assim, o "lugar de mulher" discutido neste artigo não se trata de um espaço fixo e pré-determinado, mas de um campo de disputas simbólicas e materiais, no qual resistências são forjadas. O reconhecimento e o enfrentamento dos múltiplos eixos de opressão são caminhos imprescindíveis para a construção de uma sociedade democrática

## Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

AMARAL, Elisa Amanda Santos do. Pensamento feminista negro como marco teórico para práticas antirracistas na Educação Infantil: notas de uma professora em transformação. In: PINHO, Carolina S.B.; MESQUITA, Tayná V.L. *Pedagogia feminista negra para a promoção de marcos civilizatórios*. Campinas: SP, 2021.

BIMBATI, Ana Paulo; DURÃES, Uesley. *Trabalho, desinteresse e gravidez tiram 9 milhões de jovens da escola*. Site UOL, 22 março de 2024. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/03/22/jovens-fora-da-escola-ibge.htm> Acesso em: 18 abr 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Edusp, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. TED - Talk: The urgency of intersectionality. Disponível em: <https://youtu.be/akOe5-UsQ2o> Acesso em: 18 abr 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

*Diário da Assembleia Nacional Constituinte – Suplemento ao n.62*. [7º Reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas deficientes e Minorias\_Participação de Lélia Gonzalez] Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup62anc20mai1987.pdf#page=1201987> Publicado em 20 de maio de 1987.

*Estatística de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil – IBGE*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html> Acesso em: 13 abr 2025.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador*: saberes construídos nas lutas por emancipação. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p.223-244.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013

PINTO, Regina Pahim. A Educação do Negro: Uma Revisão da Bibliografia. *Cadernos de Pesquisa Carlos Chagas*. São Paulo. n°62, agosto, 1987

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

Recebido em maio de 2025.  
Aprovado em junho de 2015.